

PETROS: quem enganou quem?



PETROS É O MELHOR PLANO - Siqueira ressaltou que os funcionários da Petrobrás não vão achar no mercado melhor plano que o Plano Petros, que tem R\$ 30 bilhões de patrimônio, está sólido e é o melhor plano que existe. Para ele, a entrada dos novos funcionários no plano BD seria melhor para a Petros e para a Petrobrás, pois estaria preservando sua mão-de-obra especializada. "A Petros, em 36 anos, nunca atrasou um só pagamento de benefício", lembrou.

Siqueira mostrou um gráfico da Diretoria Financeira da Petros que mostra a seguinte situação: (1) se o déficit fosse de R\$ 5 bilhões, o Plano Petros teria problema em 2027; (2) se o déficit fosse de R\$ 3,5 bilhões (janeiro 2000), o Plano Petros iria ter déficit real em 2047; se o déficit for zero, o Plano Petros BD tem saúde financeira até 2085, sem problemas. Como a Justiça, através da pericia, já relatou uma dívida da Petrobrás com a Petros de R\$ 9,3 bilhões e o déficit ainda que fosse real caiu para R\$ 3,5 bilhões, o que há hoje concretamente é um superávit superior a R\$ 5 bilhões. Logo o Plano Petros está sólido até 2100, pelo menos.



Afirmavam que o PP-1 era sólido até 2100...

Qual conclusão que se chega?

Fechar os olhos a isso é prejudicar os Pós-70 e o PPSP, tornando o Plano inviável. Para que os Pré-70 não paguem o equacionamento, sem prejudicar o PPSP nem os Pós-70, é preciso que a Petrobrás faça corretamente os cálculos desses compromissos e assumam essa dívida. Mas para isso, a Petros e a própria Petrobrás teriam que reabrir suas demonstrações contábeis de anos anteriores, comprovando a gestão equivocada a que seus patrimônios estiveram submetidos esses anos todos.

Sabemos da dificuldade em fazê-lo, mas os participantes e assistidos do plano não podem pagar por esses erros cometidos pelos gestores nomeados pela própria Petrobrás.

Fonte: Blog de Conselheiros Eleitos da Petros

Qual conclusão que se chega?

Não faz muito tempo, a turma do fora todos, a mesma que foi conivente com o golpe que está destruindo o país e a Petrobrás, fez campanha contra o AOR, cujos aportes representam R\$ 12 bilhões nas contas do PP-1. Essa mesma turma também pregou o fora Plano Petros-2 e demonizou a repactuação que agora, diante da atual conjuntura, já começa a ganhar a simpatia de antigos opositores. Foram ainda contra o BPO, que na época batizaram jocosamente de "Bom-Para-Otário".

Enganaram os petroleiros, afirmando que o PP-1 era seguro, sólido, sem problema algum e que cabia à Petrobrás a responsabilidade por todas as dívidas e déficits gerados. Enquanto a FUP e seus sindicatos denunciavam os problemas estruturais do plano, buscando alternativas para garantir os direitos da categoria, a turma do fora todos empurrava os participantes e assistidos para o abismo em que muitos se encontram hoje.

Acuados e sem alternativa, começam a mudar de discurso, negando o que afirmavam antes e distorcendo os fatos, conforme seus interesses. Publicamos aqui algumas das manchetes que eles divulgaram na época da repactuação para que fique claro para a categoria quem enganou quem.

...agora admitem o equacionamento, mas distorcem o valor do déficit

Petroleiros da ativa e aposentados na luta pelo plano Petros

BD

BOLETIM ESPECIAL MAIO/JUNHO/2006

Petros BD para unir a categoria

Não aceite repactuar o plano para não perder direitos adquiridos

No mundo todo, os planos

Surgente

Revista mensal de trabalhadores

Edição 26 - NÚMERO 1071 - 15 e 20 de Junho

Repactuação é suicídio

A Petrobrás oferece em troca do atual Petros o pior dos índices de reajuste: o IPCA, que é achado por ser referência salarial e de inflação (sem ao menos a meta atuarial: IPCA+10%) e nenhuma recuperação de perdas que já montam a mais de 70%, segundo o Dieese.

O advogado Antonio Castagna Maia, em resposta às ponderações do consultor eleito do Petros, Paulo T. Brandão, a respeito do BPO (Benefício Proporcional Opcional) disse: "O critério de reajuste dos benefícios, por conta da recente alteração do artigo 44 do Regulamento, seria o IPCA. A redução e curiosa, então, durante o período de inapenas, e corrigido pelo IPCA, quando da última revisão, em

da Petrobrás à saúde do plano (artigo 48 - X); tem desvinculada a característica BD (plano previdenciário, solidário, com valor definido do benefício); certa o vínculo com a Petrobrás, com risco de perda da AMS (esta, quando foi criada, era vitalícia e garantida).

É bem lembrar que esse direito foi se deteriorando e hoje está penhorado no ACI (Acordo Coletivo de Trabalho) que é válido só por 2 anos. Está em estudo o processo de sua entrega a uma empresa privada (o plano do ex-presidente Flory de entrega à "Bul America", através da empresa Petros Saúde não morreu. A empresa continua viva).

DESVINCULAÇÃO DO INSS - A Proposta de desvincular o benefício do INSS tem

naime vivo, onde cada modificação altera certas partes, outros artigos, levando a um novo equilíbrio do que nos atrevera-mos a referir como *continuação de um benefício SEM que sejam solucionados aspectos pendentes, a exemplo do contingente 78/79, leva ao desequilíbrio das diversas situações frente ao plano*."

Se o primeiro e mais forte argumento da Petrobrás para a mudança de Plano é "propiciar situação de equilíbrio financeiro no atual Plano Petros" (Informativo Recursos Humanos no 13 - 16/02/2006); como justificar esta mudança se o déficit atuarial do Plano Petros em janeiro de 2006 era de apenas R\$ 3,5 bilhões e a Petrobrás é devedora, somando, de R\$ 4,4 bilhões?

Não à repactuação: não troque o certo (Petros BD) pelo duvidoso (Petros 2)

Os petroleiros devem manter a luta em defesa do plano BD (Benefício Definido)

www.apape.org.br Edição 26 Agosto de 2017

Quando tudo começou

Essa agressão ao direito do participante e assistido foi realizada através do AOR - Acordo de Obrigações Recíprocas no período Lula, assinado pela Petrobras/Petros e FUP, com a venda pelos Sindicatos da FUP da "repactuação", objetivando eliminar o compromisso das patrocinadoras consubstanciado no inciso IX do artigo 48 do Regulamento do Plano BD. Tal repactuação levou os que a ela aderiram a não mais participar de plano complementar ao benefício oficial.

Sem o AOR, o PP-1 já estaria insolvente

Enquanto alguns que se diziam defensores dos direitos dos participantes e assistidos legislavam em causa própria, empurrando para debaixo do tapete os problemas do Plano Petros, a FUP jamais fugiu de suas responsabilidades com a categoria. Aliando negociação e mobilização, construiu alternativas que deram sobrevida ao PP-1, através do Acordo de Obrigações Recíprocas (AOR), que fez a Petrobrás e demais patrocinadoras assumirem parte significativa das dívidas históricas que têm com o plano.

Apesar de todas as mentiras difundidas pelos que tentaram inviabilizar a repactuação, a FUP e seus sindicatos seguiram adiante, defendendo coerentemente as propostas construídas com a categoria. Foi assim com o BPO e o Plano Petros-2, conquistas que hoje fazem toda a diferença para os petroleiros que enfrentam o equacionamento do déficit do PP-1.

Se não tivessem confiado na FUP, como estaria a situação desses trabalhadores? As pistas brotam das manchetes dos boletins dos sindicatos e associações que, em vez de buscarem soluções para o PP-1, passaram anos a fio enganando a categoria com mentiras. Chegaram ao ponto de arrastarem por dez anos uma ação irresponsável para tentar anular a transação judicial que garantiu os aportes que estão contabilizados no balanço do PP-1. Além de colocarem em risco o patrimônio do plano, ainda atrasaram por uma década a tramitação da Ação Civil Pública, onde a FUP e seus sindicatos cobram as outras dívidas que as patrocinadoras têm com o PP-1.

Os aportes financeiros garantidos pelo AOR representam hoje mais de R\$ 12 bilhões no patrimônio de R\$ 60 bilhões do plano. Ou seja, 20% dos valores contabilizados pelo PP-1 são referentes ao pagamento das dívidas acordadas com a FUP e seus sindicatos.

Acordo garantiu paridade contributiva para os aposentados

O AOR alterou o custeio do PP-1, garantindo aos aposentados a paridade contributiva. Antes do Acordo, a Petrobrás só fazia contribuições para os participantes da ativa.

Sem a paridade, os aposentados arcariam sozinhos com a conta do equacionamento do déficit do PP-1, pois não teriam a participação da Petrobrás. Ou seja, sem o AOR, teriam que pagara o dobro de contribuição extra.

Quem pagará a conta dos prejuízos causados pelas inconso



Petros BD: saúde financeira depende da Petrobras

A Petrobrás deve ao Plano Petros cerca de R\$ 9,5 bilhões, mas quer repactuar para pagar só a metade deste valor em 20 anos. A afirmação é do conselheiro eleito da Petros Fernando Siqueira, que verificou manipulação do déficit atuarial. Se a empresa quitasse sua dívida, haveria saúde financeira até 2085. Mas a empresa impõe as seguintes condições para fazer esse aporte: adesão ao Petros 2, que o Petros BD seja repactado por 95% dos participantes e que seja eliminada a vinculação do reajuste dos benefícios ao aumento das tabelas salariais dos ativos, conforme o Artigo 41, acabando com a cobertura dos déficits pelas patrocinadoras, na forma do inciso X do Artigo 48.

Embora a Petrobrás reconheça sua dívida com a Fundação Petros, também vincula sua quitação a um acordo nos autos de uma Ação Civil Pública (impepada, na época, pela FUP e sindipetros) e que está em fase de julgamento. O Sindipetro-RJ já pediu à Justiça para ser incluído nesta ação.

Ao repactuar, o trabalhador não vai receber imediatamente o dinheiro oferecido pela Petrobras. Para recebê-lo, é preciso que o acordo de repactuação tenha 95% de adesão. Se isso não ocorrer, há o risco de não receber nada e ainda ter um documento assinado abrindo mão de direitos adquiridos e de ações judiciais em curso.

O que dizem nossos aliados

Os conselheiros da Petros Fernando Siqueira, Paulo T. Brandão e Guilherme Vasconcelos têm denunciado que o déficit de R\$ 5,2 bilhões é artificial, provocado através da mudança da tábua de mortalidade e das premissas. O caráter virtual do déficit ficou patente esse ano, quando ele caiu para R\$ 3,5 bilhões, uma vez que nesse período não houve mudanças de premissas. "O déficit foi criado para ameaçar quem não aceite o novo plano", disse Siqueira. "Nós não temos que dividir nada, pois a Constituição garante que a Petrobrás deve cobrir o déficit com o plano".

Paulo T. Brandão, do Conselho Fiscal da Petros, disse em palestra na Astape/Caxias/RJ: "A Petrobrás está

oferecendo um benefício demônico através da entrega total dos direitos adquiridos e da alma. A companhia está colocando, pela segunda vez, cerca de R\$ 2 bilhões, que é o que custa para pagar R\$ 15 mil para cada participante para migrar. (...) Ela vai ganhar muito mais do que isso. Ela vai ganhar os direitos adquiridos e as almas dos petroleiros. Depois vai dizer: 'Não devo mais nada a ninguém. Não tenho que cumprir mais plano de ninguém. Não tenho mais compromisso social com o trabalhador'. Ela quer comprar a liberdade dela, se livrar do compromisso assumido em 1970, que garantiria a todos seus trabalhadores pelo resto de suas vidas, e seus dependentes, uma aposentadoria digna".

AMS - A repactuação ameaça seriamente a nossa AMS - Assistência Multidisciplinar de Saúde. A AMS só está garantida para a categoria por cláusula incluída nos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT). A companhia diz que a AMS será garantida, mas as lideranças sindicais não asseguram a manutenção da cláusula que garante a AMS. Esta pode ser retirada num futuro ACT à nossa revelia. O diretor de Pessoal da AEPET, Pedro Carvalho, ressaltou que a Petrobrás já tem uma alternativa à AMS escondida na gaveta. Depois da Petros, o próximo ataque será com certeza a nossa AMS.

Blog de Conselheiros Eleitos da Petros

sábado, 20 de novembro de 2010

BPO é Bom Para Otário!



Um artigo de Ronaldo Tedesco*
A maioria dos participantes da PETROS não tinha ideia do que iria acontecer com seu plano de previdência complementar após a repactuação. Assustados com um déficit da ordem de R\$4,7 Bilhões, que não sabiam de onde veio, foram chantageados com um possível aumento de 68% de suas contribuições ao Plano. O tal déficit era proveniente de dívidas da Petrobrás para com o Plano Petros que a direção da empresa não queria e não quer pagar.

A mentira sobre o Artigo 28

A tese leviana de que a repactuação acabaria com o artigo 48 do Regulamento do Plano de Benefícios foi uma das maiores falácias contra o AOR e que até hoje ainda é sustentada pelos sindicatos e associações que fazem oposição à FUP. Mas, ao contrário do que pregaram, o artigo 48 vale para todos, repactados ou não, inclusive o seu inciso 9, que obriga a Petrobrás, em caso de déficit, a fazer aportes adicionais para cobrir os reajustes dos benefícios. O que eles não explicaram é que a Emenda Constitucional 20 e suas leis complementares garantem que as patrocinadoras dividam a conta com os participantes e assistidos, repactados ou não.

A maldade sobre a perda da AMS

Um dos maiores absurdos da campanha terrorista que as oposições fizeram contra o AOR foi a maldosa mentira de que quem repactuasse perderia a AMS. Por mais que a FUP tenha esclarecido que a assistência médica é garantida pelo Acordo Coletivo de Trabalho e não pelo regulamento da Petros, milhares de aposentados e pensionistas tiveram receio de perder a AMS e amargam até hoje perdas financeiras por não terem repactado.

A verdade sobre o BPO

Ao contrário do terror que a turma do fora todos fez contra o BPO, os petroleiros da ativa que repactuaram e aderiram ao Benefício, seguindo as orientações da FUP, hoje estão seguros no PP-2, com renda vitalícia garantida, e serão menos impactados pelo equacionamento do déficit do PP-1. O valor das contribuições extraordinárias será equivalente à metade do que os participantes sem BPO terão que pagar.

Será que os conselheiros eleitos que induziram a categoria a não aderir ao benefício se explicarão para os participantes que foram feitos por eles de otários?

frequências dos que mentiram sobre a repactuação e o AOR?



Petros 2: aplicação financeira que não garante benefício no futuro

A Petrobrás investe grandes somas, com apoio de dirigentes "vira-casaca", na campanha para empurrar por cima a categoria um plano de Contribuição Definitiva (CD), que na verdade não passa de um plano de capitalização, que ficará sob controle do sistema financeiro e não dos participantes. Ou seja, a repactuação comprometerá irreversivelmente o futuro dos participantes e de suas famílias, pois seus benefícios serão reduzidos às oscilações do mercado, onde seus depósitos serão aplicados. Todos não estão vendo as Bolsas de Valores em constantes baixas. E mais: o partici-

pe não conseguirá saber quanto receberá em sua aposentadoria, pois não terá controle sobre suas aplicações. O tal "Órgão Gestor", na seção "Plano de Custeio" do Regulamento do Plano Petros 2, é um misterioso, não há qualquer definição de quem vai gerir nossos suados recursos. A instituição do Plano Petros 2 poderia significar o agravamento da já combalida política de Recursos Humanos da Petrobrás. Por fim, poderá significar um golpe fatal na memória técnica da companhia, perdendo seus profissionais para empresas que oferecem melhores condições de trabalho e de segurança social.

Repactuação é suicídio

A Petrobrás oferece em troca do atual Petros o pior dos planos de repactuação: o atual Petros foi criado, mas de sua previsão orçamentária uma política crescente de geração futura. Além da redução da geração futura, há a redução da geração futura atuarial, uma expressão da SEC, da CVM, entre outras, e a Petrobrás também se-

Com a repactuação, o participante perderá a proteção dada pelo artigo 41, dispositivo para diminuir os efeitos corrosivos da inflação sobre seus benefícios. Ele virará o benefício dos aposentados aos salários do pessoal da ativa e ao benefício do INSS, garantindo o caráter de previdência complementar do Plano Petros BD. Com a repactuação perderemos também o artigo 49, inciso IX, antigo X, que responsabiliza as patrocinadoras a cobrir eventuais déficits com a Petro. Este é o artigo que garante a segurança do Plano Petros e do qual não podemos abrir mão de jeito nenhum.



Ao contrário do PP-1, ganhos salariais não desequilibraram o PP-2

Mesmo com os ganhos salariais significativos conquistados pelos petroleiros após 2003, o Plano Petros 2 não sofreu desequilíbrios, nem gerou déficit, pois os benefícios são calculados com base na poupança constituída.

Já o Plano Petros-1 transforma os aumentos salariais dos últimos 12 anos em renda vitalícia, mesmo que o montante total das contribuições recebidas seja insuficiente para cobrir os benefícios. Esse é um dos graves problemas estruturais responsáveis pelos déficits do PP-1, mas que os sindicatos e associações que foram contra a repactuação jamais quiseram resolver e, pior, ainda tentaram embarrear a criação do PP-2.

Aqueles que afirmaram que quem aderisse ao PP-2 estaria trocando o certo (PP-1) pelo duvidoso vão se retratar para a categoria?

Cisão do Plano Petros-1 agora é pra valer

Com quase uma década de atraso, a Petros, finalmente, vai separar as massas do PPSP (mais conhecido como PP-1) em dois planos: o PPSP-R, que reunirá os participantes e assistidos que repactuaram e o PPSP-NR, voltado para os não repactuados. O anúncio foi feito esta semana pela Fundação, após a aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). A cisão do plano será implementada em abril, sem perdas de direitos para nenhum dos participantes e assistidos, que terão preservadas "as condições para obter a aposentadoria e os valores dos benefícios já recebidos", como explicou a Petros em seu comunicado.

Esta é uma antiga reivindicação da FUP, que sempre defendeu a divisão das massas do Plano Petros-1, por não considerar justo nem ético que 75% dos participantes e assistidos que repactuaram e impediram a insolvência do plano, através dos aportes de mais de R\$ 11 bilhões que foram garantidos, sejam penalizados pelas ações dos que não repactuaram.

Além disso, a cisão do PP-1 é um fato relevante que, de acordo com a atual legislação, justifica o adiamento do abusivo plano de equacionamento que as gestões da Petros e da Petrobrás estão impondo aos participantes e assistidos. Na Ação Civil Pública que a FUP move desde setembro do ano passado para suspender o equacionamento do PP-1, um dos principais pontos questionados é justamente o fato da Petros não ter levado em consideração as submassas de repactuados e não repactuados.